Jornalismo crítico-emancipatório e questão racial: análise da produção informativa do Alma Preta

Edital:	**Edital Piic 2025/2026**
Grande Área do Conhecimento (CNPq):	**Comunicação**
Área do Conhecimento (CNPq):	**Jornalismo e Editoração**
Título do Projeto:	**O jornalismo crítico-emancipatório e a formação de sujeitos históricos**
Título do Subprojeto:	**Jornalismo crítico-emancipatório e questão racial: análise da produção informativa do Alma Preta**
Professor Orientador:	**Rafael Bellan Rodrigues da Silva**
Estudante:	**Tales Livramento Anjos**

Resumo

Este estudo buscou investigar a práxis noticiosa do veículo Alma Preta, utilizando como forma de produção analítica a coleta de matérias e reportagens publicadas no portal entre os dias 13 e 20 de novembro de 2025. O corpus da análise tem como base os marcadores do jornalismo crítico-emancipatório sistematizados por Soares e Souza (2024) referenciado na teoria marxista do jornalismo de Adelmo Genro Filho, na tentativa de compreender se iniciativas jornalísticas independentes e comprometidas com grupos historicamente marginalizados podem construir leituras mais críticas sobre a questão racial, dando visibilidade a vozes sistematicamente silenciadas e enfrentando representações estigmatizadas reproduzidas pela imprensa hegemônica. Foram selecionadas 6 matérias, considerando diferentes formatos e extensões de produção jornalística. Os resultados demonstram que o Alma Preta se aproxima do jornalismo crítico-emancipatório proposto por Genro Filho, mesmo tendo algumas limitações em suas produções e de forma parcial cumpre um papel formativo relevante, demonstrando que rigor jornalístico e posicionamento crítico não são excludentes.

Palavras-chave: Alma Preta; Jornalismo crítico-emancipatório; racismo; questão racial.

1 Introdução

O jornalismo crítico-emancipatório é definido como uma práxis noticiosa voltada a superar a aparência imediata dos fatos e revelar as determinações e contradições históricas-sociais que os constituem (SOARES; SOUZA, 2024). Em vez de se focar na imediaticidade dos acontecimentos, essa perspectiva busca "captar as relações entre os fenômenos sociais inscritos em uma totalidade em movimento" (BENSAÏD, 2013, p. 160 *apud* SOUZA, 2024), revelando as contradições que estruturam a realidade social e contribuindo, com isso, para a formação de sujeitos capazes de compreendê-la criticamente e de agir sobre ela (SOARES; SOUZA, 2024).

Essa concepção dialoga com a formulação de Adelmo Genro Filho de que o jornalismo possui especificidade própria enquanto forma de conhecimento social, e não pode ser reduzido apenas a um instrumento de reprodução ideológica. Nesse sentido, o relato jornalístico parte do fato singular, mas

só alcança sua real criticidade, quando reconstroi sua ligação com a com a totalidade social, tornando visíveis determinações que o senso comum tende a ocultar. Dessa forma, ao analisar as produções jornalísticas sobre a população negra é preciso considerar não apenas os acontecimentos que alcançam visibilidade mas também, as formas pelas quais esses acontecimentos são narrados e as relações sociais que essas narrativas tornam visíveis.

Partindo desse princípio, a questão racial ocupa um lugar central na compreensão das desigualdades e das formas pelas quais esses conflitos são narrados publicamente. Sendo assim, não basta apenas tratar o racismo como um comportamento individual ou desvio moral, a herança das condutas escravocratas no Brasil fez com que as faces do racismo se “emaranhassem” dentro das instituições e nas relações cotidianas fazendo com que o preconceito se transformasse em estrutural e sistêmico, definindo historicamente posições desiguais muitas vezes reduzidos pelos meios hegemônicos a episódios isolados/individuais.

Com base nisso, é desenvolvida a análise da produção informativa do Alma Preta, criado no ano de 2015 por alunos da UNESP (Jonas Pinheiro, 2018), o veículo busca a partir da perspectiva racial negra e periférica, responder aos anseios desse público com notícias multimídia buscando uma sociedade com menos violenta e desigual (ALMA PRETA, [s.d.]). Este subprojeto tenta compreender se iniciativas ditas como jornalísticas independentes, produzem seu conteúdo a partir do uso da práxis noticiosa do jornalismo crítico-emancipatório estudado por Adelmo Genro Filho (2012), e se esses veículos podem funcionar como um meio para enfrentar representações estigmatizadas, dar maior visibilidade às vozes constantes caladas e elaborar leituras mais críticas sobre questões raciais.

Para o desenvolvimento da análise, foram coletadas um total de 34 matérias publicadas pelo veículo, entre os dias 13 e 20 de novembro, período que antecede e abarca o Dia da Consciência Negra das quais foram selecionadas 6 para análise. O critério de seleção levou em consideração a estrutura e a extensão das reportagens, sendo escolhidas tanto matérias mais longas e aprofundadas quanto matérias mais curtas, com o objetivo de observar como os marcadores do jornalismo crítico-emancipatório se manifestam em diferentes formatos de produção jornalística.

2 Objetivos

Objetivo Geral

Analisar se a práxis noticiosa do veículo Alma Preta se aproxima do jornalismo crítico-emancipatório e evidencia as condições históricas da questão racial em sua complexidade social.

Objetivo Específico

1) Identificar os marcadores presentes nas reportagens do veículo Alma Preta, sobre temáticas raciais em sua consonância com o jornalismo enquanto forma social de conhecimento.

2) Refletir sobre como a produção jornalística tem potencial formativo de sujeitos críticos e atuantes sobre o debate de raça, em um horizonte transformador.

3) Identificar a cosmovisão ideológica sobre a questão racial orientadora da práxis noticiosa do veículo

3 Embasamento Teórico

Jornalismo crítico-emancipatório e racismo estrutural

O jornalismo crítico-emancipatório parte da compreensão de que a prática jornalística nunca é neutra e que o relato dos fatos carrega sempre uma orientação ideológica por parte de quem a escreve a matéria, seja presente de forma explícita ou não. Para Adelmo Genro Filho, o jornalismo possui uma especificidade própria enquanto forma de conhecimento social, não podendo ser reduzido a um simples instrumento de reprodução ideológica nem a um conjunto de técnicas neutras de apuração e redação. O autor argumenta que o capitalismo produziu uma necessidade estrutural de informação que o jornalismo contemporâneo herdou e que ao reproduzir as bases econômicas e ideológicas do sistema, tende a naturalizar a ordem existente (GENRO FILHO, 2012).
Diante disso, um jornalismo crítico se propõe a fazer o movimento contrário: revelar as contradições que esse sistema produz e que as narrativas dominantes tendem a encobrir. O autor aponta que um jornalismo restrito apenas às discussões político-partidárias não é capaz de cumprir esse papel, pois deixa de explorar o valor de uso específico do jornalismo ligado à natureza das informações singulares que produz operando apenas em seu valor de uso genérico, como informação de qualquer espécie (GENRO FILHO, 2012).

Esse argumento é central para compreender o que distingue o jornalismo crítico-emancipatório do jornalismo funcionalista. Enquanto esse trata os fatos como dados neutros e isolados, naturalizando a ordem existente ao apresentá-los, como expressões espontâneas da realidade, o outro os desmonta, buscando revelar as mediações históricas, econômicas e sociais que os produziram. Isso exige que o jornalismo parta do fato concreto daquele acontecimento factual específico e datado, localizado e irrepetível para a partir dele reconstituir as determinações mais amplas que o constituem. Conforme apontam Soares e Souza:

> O jornalismo crítico-emancipatório seria aquele voltado para as questões éticas insuperáveis de nossa época (...). Esse tipo de práxis noticiosa atenderia o seu papel enquanto conhecimento necessário para a tomada de ações transformadoras. Longe de seu atrelamento histórico com a imprensa, Genro Filho (2012) considera que o jornalismo pode produzir uma compreensão concreta do singular, principalmente quando voltado a reconstituir as múltiplas determinações dos fatos (SOARES; SOUZA, 2024, p. 7-8).

Essa perspectiva se organiza em sete marcadores definidos pelos autores para identificar se uma reportagem pratica esse tipo de jornalismo: a identificação dos pressupostos ontológicos e epistemológicos; a cosmovisão emancipatória; a reelaboração do fato para além da aparência fenomênica; a imediaticidade como ponto de chegada e não de partida; a apreensão da realidade como produto histórico-social; a ruptura do senso comum; e o firmar-se no singular concreto. (SOARES; SOUZA, 2024, p. 9-10). Esses marcadores funcionam como ferramentas analíticas que permitem avaliar em que medida uma produção jornalística ultrapassa a superfície dos acontecimentos e contribui para uma leitura crítica da realidade social.

Essa discussão teórica ganha peso particular quando se é colocada diante da questão racial, uma vez que o racismo é um fenômeno que as narrativas hegemônicas tendem a tratar como comportamento individual ou episódio isolado, ocultando seu caráter estrutural e histórico, essa dificuldade de enxergar além dos acontecimentos é o principal obstáculo para a compreensão de fenômenos estruturais como o racismo. Tratar o racismo apenas como uma atitude individual ou desvio moral leva à ilusão de que processos educativos ou mecanismos punitivos seriam suficientes para combatê-lo, desconsiderando que ele normaliza determinadas tipologias de relações correspondentes à sociedade de classes (OLIVEIRA, 2021, p. 63).

Para Oliveira, compreender o racismo em sua dimensão estrutural significa entendê-lo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas, o que exige, necessariamente, uma perspectiva histórico crítica que vá à raiz do problema (OLIVEIRA, 2021, p. 68). Essa perspectiva revela que o capitalismo não apenas convive com o racismo, mas o utiliza como um mecanismo de organização das hierarquias sociais. Como aponta o autor, “o capitalismo constroi constantemente mecanismos de integração excludente, organizando o sistema mundial a partir de hierarquizações que têm a raça como categoria central” (OLIVEIRA, 2021, p. 69). Mais do que isso, o autor afirma que “a principal função do racismo é estabelecer as hierarquias de ocupação nos sistemas produtivos, sejam eles do modo de produção escravista colonial ou do assalariado” (OLIVEIRA, 2021, p. 71), o que evidencia que o racismo não é um resíduo do passado, mas uma estrutura que se atualiza permanentemente nas relações de produção capitalistas.

Entender como capitalismo e racismo se articulam ajuda a explicar por que a grande mídia insiste em tratar cada episódio de violência racial como se fosse um caso isolado, sem história. Quando esse jornalismo trata a ordem capitalista como se fosse simplesmente “como as coisas são", acaba fazendo o mesmo com as hierarquias raciais que essa ordem sustenta.

Para compreender as raízes desse processo no Brasil, é necessário considerar o que Clóvis Moura (2024) denomina "modernização sem mudança": a ideia de que uma sociedade que acumulou conjuntos de desenvolvimento humanos como, progresso econômico, tecnológico e cultural sem que isso houvesse uma transformação nas suas relações de produção (MOURA, 2014, p. 85). Dessa forma, cria-se uma contradição na estrutura que passa a produzir choques, assimetrias e conflitos

como reflexos dessa diferença, contradições que se manifestam de forma mais aguda na área do trabalho, mas também no nível ideológico, gerando organizações e ideias que reproduzem o que há de moderno sem questionar o que permanece atrasado (MOURA, 2014, p. 85-86).

Aplicada à questão racial, essa chave interpretativa revela que os meios de comunicação brasileiros podem ter se modernizado em termos tecnológicos e de alcance mas, mantiveram e em muitos casos reforçam uma visão de mundo que invisibiliza o racismo como estrutura e o reduz a episódios individuais, em desarmonia com qualquer projeto de transformação social.

Nesse sentido, a Dialética Radical do Brasil Negro aprofunda a compreensão histórica da condição do negro no Brasil, se baseando nela, a obra Racismo Estrutural aponta que a classe dominante buscou historicamente apagar a história do negro escravizado, constituindo a ideia de um negro a-histórico e passivo, tratando as atitudes de resistência como meras exceções (OLIVEIRA, 2021, p. 179).

Cristiane Souza argumenta que esse apagamento não foi acidental foi uma estratégia deliberada de apartação dos negros e negras da condição de sujeito histórico, tanto no período escravista quanto na história brasileira posterior (SOUZA, 2020 apud OLIVEIRA, 2021, p. 179) . É contra esse apagamento que a imprensa negra historicamente se constituiu no Brasil, desde os manuscritos da Revolta dos Búzios em 1798 até os jornais do pós-abolição e os veículos digitais do século XXI (PINHEIRO, 2018). Segundo Jonas Pinheiro (2018), a imprensa negra sempre esteve ligada à resistência do povo negro, motivada por contextos históricos e sociais específicos, e sua característica central é ser uma prática jornalística feita por pessoas negras que buscam controlar os códigos da dominação e subvertê-los para enfrentar o racismo.

É nesse contexto que o veículo Alma Preta surge, criado em 2015 por estudantes negros da UNESP que não se sentiam representados nos meios de comunicação convencional (PINHEIRO, 2018). O Alma Preta não apenas ocupa um espaço deixado vazio pela imprensa hegemônica mas, propõe uma forma diferente de produzir conhecimento sobre a realidade brasileira.

Por fim, é relevante situar o recorte temporal deste trabalho, as seis matérias analisadas foram publicadas entre os dias 13 e 20 de novembro, período que antecede e culmina no Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares em 1695. A escolha dessa data como símbolo de resistência construída pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, que em 1978 elegeu Zumbi como referência da luta por direitos dos negros escravizados e seus descendentes, em contraposição ao 13 de maio data da abolição formal da escravidão que, como aponta a historiografia do movimento negro, não trouxe liberdade real nem equidade de oportunidades, mas sim um abandono sem assistência e políticas públicas. Analisar a produção jornalística da Alma Preta nesse período específico permite, portanto, observar como o veículo faz a cobertura de temáticas raciais num momento em que questões envolvendo a população

negra ganham maior visibilidade pública e avaliar se essa cobertura se aprofunda nas estruturas históricas.

4 Metodologia

A metodologia adotada neste subprojeto envolve, em primeiro lugar, pesquisa bibliográfica com base em autores ligados ao materialismo histórico, racismo midiático, além de obras que debatem o jornalismo crítico-emancipatório. A questão racial também foi destacada nas leituras, com atenção especial para a vertente marxista (FARIAS, 2025). Além disso, foi feita uma leitura sobre o veículo de jornalismo independente Alma Preta, de como o portal aborda questões raciais no Brasil, contribui para o fortalecimento de uma narrativa antirracista, promove a emancipação de pessoas negras e se atua como instrumentos de resistência simbólica, política e econômica.

Além disso, será realizada uma análise qualitativa de publicações do Alma Preta, utilizando como base a metodologia de marcadores do jornalismo crítico-emancipatório de Adelmo Genro Filho, a fim de identificar elementos como: identificação dos pressupostos ontológicos e epistemológicos; cosmovisão emancipatória; reelaboração do fato para além da aparência fenomênica; imediaticidade como ponto de chegada, e não de partida; apreensão da realidade como produto histórico-social; ruptura do “senso comum”; e o como firma-se no singular concreto (SOARES e SOUZA, 2025).

5 Resultados e Discussão

Analise

As seis reportagens selecionadas foram analisadas a partir da compreensão de que o jornalismo, enquanto forma social de conhecimento, não se esgota na descrição do que aconteceu. Para Genro Filho, o relato jornalístico exige a revelação da essência do fato, "Ou seja, do significado que emana das suas relações com a totalidade do complexo econômico, social e político onde está situado." (GENRO FILHO, 2012, p. 46), o que significa que um episódio de violência racial, uma decisão judicial ou um dado estatístico só adquire relevância quando conectado às estruturas que o produziram. É com esse olhar que as matérias foram examinadas, o que se busca identificar é em que medida a produção da Alma Preta ultrapassa a aparência imediata dos acontecimentos e os conecta às estruturas históricas do racismo, da desigualdade e da violência institucional que os determinam.

Violência institucional e política — Renato Freitas diz que agressão em Curitiba foi motivada por racismo (Verônica Serpa, 20/11/2025) e Deputada quer apuração por abuso de poder e racismo religioso em ação policial (Giovanne Ramos, 20/11/2025)

Nas duas matérias desse eixo, é possível ver a abordagem de episódios de violência institucional e política contra sujeitos negros dentro de espaços públicos. A primeira narra a agressão sofrida pelo

deputado Renato Freitas no centro de Curitiba, enquadrada desde o título como motivada por racismo. A segunda cobre a invasão de policiais militares armados a uma escola de educação infantil durante uma atividade pedagógica sobre cultura africana com representações de orixás, a partir das denúncias feitas pela deputada Ediane Maria.

No plano singular, ambas as matérias se ancoram em fatos precisos e localizáveis no trânsito de Curitiba, uma escola no bairro do Caxingui em São Paulo e os utilizam não como centro da narrativa, mas como pontos de entrada para análises mais amplas. Na matéria de Renato Freitas, ao dar maior foco à voz do deputado Renato Freitas, o veículo parte da premissa de informar o ponto de vista da vítima e recusa a narrativa que trataria o episódio como uma simples briga de trânsito, a reportagem usa o episódio imediato como gancho para resgatar um histórico de ataques racistas a ameaça de morte por policiais militares em 2024, e os ataques frequentes nas redes sociais mostrando que aquela agressão não foi um evento isolado, mas uma expressão de um padrão de violência racial e política. Na matéria da escola, a escolha de nomear o episódio como racismo religioso e não como procedimento de segurança equivocado desloca o fato do campo institucional para o campo da violência estrutural contra os saberes e práticas da população negra.

As duas matérias demonstram um domínio sobre os contextos políticos e institucionais que envolvem os episódios. Na matéria da escola, a menção à Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio no Brasil. Essa menção é especialmente significativa pois relembra que a atividade pedagógica interrompida pelos policiais não era uma iniciativa opcional, mas o cumprimento de uma lei conquistada após décadas de luta do movimento negro transformando a invasão numa agressão não apenas à escola, mas a um direito historicamente conquistado. O detalhe de que os policiais entraram pela parte de trás do prédio após a diretora tentar barrar a entrada, e que um deles portava uma metralhadora numa escola de educação infantil, revela a desproporcionalidade da ação e evidencia a seletividade com que o Estado age sobre os corpos e saberes negros.

As duas matérias apontam para contradições estruturais relevantes a violência contra políticos negros, a repressão estatal às práticas culturais afro-brasileiras mas com profundidades distintas. A matéria sobre a invasão dentro de uma escola alcança uma dimensão emancipatória mais consistente ao trazer para o centro do debate a relevância da educação afro-brasileira como pilar de combate às desigualdades. A matéria de Renato Freitas, por sua vez, se torna muito dependende do relato do próprio parlamentar o que limita o desenvolvimento das determinações estruturais que explicariam por que políticos negros são alvos frêquentes de violência política.

Violência estrutural e direitos — Deputada propõe aumento de pena para crimes de racismo contra crianças após ataque a menino negro em Uberlândia (Giovanne Ramos, 14/11/2025) e Não era só dor: era racismo médico e obstétrico (Flávia Santos/AzMina, 18/11/2025)

Nessa categoria, aprofundam a dimensão histórica do racismo e que conectam os episódios singulares a estruturas de violência enraizadas na sociedade brasileira. A primeira matéria, parte da

história de uma criança negra de oito anos atacada verbalmente durante uma partida de futebol infantil em Uberlândia e discute a necessidade de reformulação do sistema jurídico na proteção de crianças racializadas. Já a segunda se apoia nas vivências de três mulheres negras, vítimas de violência obstétrica para revelar como a desumanização dos corpos negros nas instituições de saúde tem raízes históricas profundas que seguem operando até hoje.

Na matéria sobre a criança em Uberlândia, o ataque durante uma partida infantil de futebol serve de base para uma investigação que questiona por que a legislação antirracismo vigente não oferece proteção suficiente à infância negra, articulando o episódio com as lacunas jurídicas e com a proposta de alteração da Lei Caó de nº 7.716/1989. Já na matéria sobre racismo obstétrico, a declaração da quilombola Ângela Santos "Eu sei que foi uma violência, mas naquela época não tinha para onde ir, ninguém me ouvia" a fala expõe a contradição de um sistema de saúde que silenciou a vítima em um momento de vulnerabilidade. A mistura dos depoimentos das 3 mulheres com dados estatísticos sobre mortalidade materna entre mulheres negras e brancas nos hospitais públicos das regiões Norte, Nordeste e Sudeste revela que o que cada mulher viveu individualmente é um padrão sistemático e que esse padrão tem uma explicação histórica precisa.

A matéria faz um traz como resgate referência aos experimentos realizados em mulheres escravizadas pelo chamado "pai da ginecologia moderna" no século XIX, que perpetuaram a falsa premissa de que corpos negros suportariam maior carga de dor. Ao trazer esse elemento, a reportagem demonstra que a violência obstétrica sofrida pelas mulheres negras hoje não é um resíduo do passado, mas uma herança que segue operando dentro das instituições de saúde desmontando a ideia de neutralidade da prática médica e mostrando que a ciência também pode ser um instrumento de reprodução do racismo estrutural. Ambas as matérias tentam a partir de suas narrativas deslocar a narrativa do campo da constatação para o campo da transformação, apontando para a necessidade de mudança estrutural e não apenas de punição individual.

Dados e desigualdade estrutural — Pesquisa Jusbrasil: 39,5% das decisões judiciais sobre racismo resultaram em condenações criminais em 2025 (Pedro Borges, 19/11/2025) e População negra é maioria em áreas com risco de desastres ambientais, aponta relatório (13/11/2025)

Esse é o eixo que mais se aproxima do que é descrito como jornalismo crítico-emancipatório de Adelmo Genro Filho, entre as reportagens analisados e a razão para isso é o fato de que as duas matérias constroem suas análises críticas sem depender de uma voz institucional como um projeto de lei, uma declaração parlamentar ou uma sentença judicial para legitimar seus argumentos. O enquadramento crítico é apresentado a partir dos próprios dados e das vivências concretas das populações afetadas, o que confere a esse conjunto uma autonomia analítica que as demais matérias analisadas não alcançam continham.

A matéria sobre a pesquisa do JusBrasil parte da descrição de um dado: apenas 39,5% dos casos de racismo julgados no Brasil em 2025 resultaram em condenação criminal e o utiliza como fio condutor

de uma análise que vai da estatística à estrutura. A matéria sobre desastres ambientais parte de um dado concreto a população negra é maioria nas áreas com risco de desastres e o conecta à moradia, especulação imobiliária, crise climática e desigualdade racial numa mesma cadeia de determinações. Em ambos os casos, o dado imediato é tratado como ponto de chegada de uma investigação que se aprofunda no tempo e na estrutura.

Na matéria do JusBrasil, a recuperação de quase dez anos de decisões judiciais transforma o dado pontual de 2025 num argumento histórico mais amplo, revelando que a baixa taxa de condenações não é um acontecimento passageiro ou um caso dito isolado mas, é algo que faz parte do próprio funcionamento e da organização básica de um sistema social. O fato de que a maioria das vítimas são mulheres no ambiente de trabalho revela ainda como as micro agressões cotidianas raramente são reconhecidas como crimes pelo sistema judicial e que isso não é coincidência, mas sim resultado de um processo histórico de subalternização que define quem tem credibilidade diante da lei e quem não tem.

A matéria sobre desastres demonstra como a lógica capitalista de produção do espaço urbano aprofunda as desigualdades socioeconômicas e evidenciam o racismo ambiental no momento em que empurram populações de baixa renda para áreas periféricas e sem infraestrutura, revelando que a exposição da população negra aos riscos ambientais não é acidente, mas produto histórico de exclusão territorial e social. A matéria do JusBrasil se encerra demonstrando que dentro dos ambientes virtuais existem mecanismos institucionais para denunciar agressores, mas mesmo sendo uma ferramenta que possibilita a responsabilização criminal dos agressores, há necessidade do funcionamento real do sistema jurídico.

6 Conclusões

A análise das reportagens do veículo jornalístico Alma Preta demonstrou que o veículo se aproxima do dito jornalismo crítico-emancipatório proposto por Adelmo Genro Filho. Nas 6 matérias analisadas foi possível identificar o movimento de partir de um fato singular e concreto para revelar as estruturas históricas e raciais que o produziram, recusando a naturalização dos episódios de violência racial e conectando os acontecimentos ao racismo estrutural como categoria analítica central. Os marcadores mais presentes foram a reelaboração do fato para além da aparência fenomênica, a apreensão da realidade como produto histórico-social e a ruptura do senso comum o que indica que o veículo age de forma consistentemente e concisa, no entanto, é possível identificar também alguns limites. Em algumas reportagens, existe uma certa fragilidade do marcador 2 “Cosmovisão emancipatória” ou o fato imediato aparente não é totalmente “fechado”, tornando-se um ponto de distanciamento em relação ao ideal do jornalismo crítico-emancipatório proposto por Genro Filho, que exige não apenas a denúncia do episódio, mas a revelação das engrenagens do sistema que o produz.

Embora o veículo demonstre certas limitações, a produção jornalística do Alma Preta demonstra que é possível fazer um jornalismo, bem posicionado e comprometido com a perspectiva negra sem abrir

mão da qualidade na apuração, e é nesse movimento entre rigor jornalístico e compromisso emancipatório que é possível ver como jornais ditos independentes, podem ter um papel formativo contribuindo para que seus leitores desenvolvam uma leitura crítica da realidade racial brasileira e se reconheçam como sujeitos históricos capazes de agir sobre ela, em um horizonte de transformação social que vai além da denúncia e aponta para a necessidade de mudança estrutural. Dessa forma, como afirmam Figaro e Nonato, "o discurso jornalístico balizado por esses valores desenvolve uma nova competência. Aquela que potencializa o cidadão para a vida em comum na cidade" (FIGARO; NONATO, 2017, p. 57), e é nesse papel formativo e emancipatório que reside a potência da Alma Preta como alternativa à imprensa hegemônica.

Agradecimentos

Inicialmente quero agradecer a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) por terem me concedido a bolsa de Iniciação Científica (IC), foi algo essencial para a produção do subprojeto.

Agradeço à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e ao grupo de pesquisa, Laboratório de Jornalismo Crítico Emancipatório (LAJE), pelos debates proporcionados nesse 1 ano de desenvolvimento desta pesquisa.

Com muito carinho, agradeço ao meu professor e orientador Rafael Bellan pelo apoio nesses longos 12 meses de produção. Sou grato pelo tempo cedido, espaço e ter sido tão atencioso demonstrando empatia e sensibilidade ao compreender as minhas dificuldades e problemas pessoais durante o desenvolvimento do trabalho.

Quero agradecer de forma especial também a minha amiga Priscila Borges Sales, cujo apoio e incentivo foram essenciais durante o processo.

Por fim, Eu Tales Livramento Anjos agradeço por todo aprendizado técnico, teórico e pessoal que a experiência da Iniciação Científica me proporcionou.

Referências Bibliográficas

ALMA PRETA JORNALISMO. Alma Preta Jornalismo. Disponível em: https://almapreta.com.br/.

ALMA PRETA JORNALISMO. Deputada propõe aumento de pena para crimes de racismo contra crianças após ataque a menino negro em Uberlândia. Alma Preta, 14 nov. 2025. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/politica/deputada-propoe-aumento-de-pena-para-crimes-de-racismo-contra-criancas-apos-ataque-a-menino-negro-em-uberlandia/.

AZMINA. Não era só dor: era racismo médico e obstétrico. Alma Preta, 18 nov. 2025. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/nao-era-so-dor-era-racismo-medico-e-obstetrico/.

SOARES, Esther Kerem de Oliveira e SOUZA, Rafael Bellan R. de. Jornalismo crítico-emancipatório no Antropoceno: a práxis noticiosa de repórteres indígenas na Amazônia Real e Sumaúma. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 34., 2025, Curitiba. Anais do 34º Encontro Anual da Compós. Curitiba: Compós, 2025. Disponível em: https://publicacoes.softaliza.com.br/compos2025/article/view/11355. Acesso em: 23 fev. 2026.

BORGES, Pedro. Pesquisa Jusbrasil: 39,5% das decisões judiciais sobre racismo resultaram em condenações criminais em 2025. Alma Preta, 19 nov. 2025. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/pesquisa-jusbrasil-395-das-decisoes-judiciais-sobre-racismo-em-2025-foram-condenacoes/. Acesso em: 19 set. 2026.

FIGARO, Roseli; NONATO, Claudia. Novos “arranjos econômicos” alternativos para a produção jornalística. Contemporânea | Comunicação e Cultura, v. 15, n. 1, p. 47-63, jan.-abr. 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PINHEIRO, Jonas. Mídia negra: uma análise das propostas editoriais da Revista Afirmativa e da Agência de Jornalismo Alma Preta. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 20., 2018, Juazeiro, BA. Anais [...]. Juazeiro: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018.

RAMOS, Giovanne. Deputada quer apuração por abuso de poder e racismo religioso em ação policial. Alma Preta, 20 nov. 2025. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/deputada-quer-apuracao-por-abuso-de-poder-e-racismo-religioso-em-acao-policial/.

SERPA, Verônica. População negra é maioria em áreas com risco de desastres ambientais, aponta relatório. Alma Preta, 13 nov. 2025. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/populacao-negra-e-maioria-em-areas-com-risco-de-desastres-ambientais-aponta-relatorio/.

SERPA, Verônica. Renato Freitas diz que agressão em Curitiba foi motivada por racismo. Alma Preta, 20 nov. 2025. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/renato-freitas-diz-que-agressao-em-curitiba-foi-motivada-por-racismo/.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Secretaria de Inclusão. Dia Nacional da Consciência Negra - 20 de novembro. Goiânia: UFG, 20 nov. 2021. Disponível em: https://sin.ufg.br/n/162311-dia-nacional-da-consciencia-negra-20-de-novembro.